



REGULAMENTO DE AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO DOS DOCENTES

DA ESCOLA DE LISBOA DA FACULDADE DE DIREITO

I – Disposições gerais

Artigo 1.º

Âmbito de aplicação

1. O presente Regulamento aplica-se a todos os docentes em regime de dedicação plena e em regime de tempo integral.
2. O presente Regulamento pode ser aplicado, com as necessárias adaptações, aos docentes em tempo parcial e aos docentes convidados.
3. O presente Regulamento não é aplicável aos docentes visitantes, nacionais ou estrangeiros.
4. Não estão sujeitos a avaliação, salvo requerimento dos próprios, os docentes durante o período em que exercem funções como Reitor, Vice-Reitor, Pro-Reitor, Diretor da Faculdade de Direito, Diretor da Escola de Lisboa e Diretor da Católica Global School of Law (CGSL).
5. Não estão sujeitos a avaliação, salvo requerimento dos próprios, os docentes que se encontrem em licença sabática ou em licença sem vencimento.
6. Não estão sujeitos a avaliação, salvo requerimento dos próprios, os docentes que desempenhem simultaneamente funções públicas enquanto membros de órgãos de soberania ou de organizações internacionais.

Artigo 2.º

Objetivos

1. O presente Regulamento visa contribuir para a prossecução dos objetivos estratégicos da Escola de Lisboa da Faculdade de Direito e, em particular, para o reforço da qualidade do seu ensino, o investimento na formação e valorização do seu corpo docente, a qualidade e visibilidade da investigação desenvolvida e a internacionalização dos programas e dos professores.
2. Os objetivos da avaliação do desempenho dos docentes são:

- a) Garantir a competência científica e pedagógica dos docentes;
- b) Estimular a produção científica dos docentes, integrando os objetivos de cada docente com o plano estratégico da Escola;
- c) Promover a atualização dos conhecimentos e a formação dos docentes;
- d) Promover a inovação e atualização dos conteúdos dos cursos oferecidos aos alunos.

Artigo 3.º

Período em avaliação e ciclo de avaliação

- 1. A avaliação do desempenho dos docentes é realizada no final de cada dois anos letivos sucessivos.
- 2. Cada ciclo de avaliação integra o biénio em avaliação e o ano em que esta se realiza.
- 3. O período de avaliação inicia-se no princípio do ano letivo subsequente ao biénio em avaliação com a nomeação da Comissão de Avaliação pelo Conselho Científico e reporta-se à atividade realizada nos dois anos letivos anteriores.
- 4. Cada ano letivo inicia-se a 1 de setembro e termina a 31 de agosto do ano civil seguinte.

II – Vertentes e parâmetros da avaliação

Artigo 4.º

Vertentes da avaliação e sua ponderação

- 1. A avaliação da atividade dos docentes incide sobre as seguintes vertentes:
 - a) Ensino: ponderação de 40%;
 - b) Investigação: ponderação de 40%;
 - c) Gestão Académica: ponderação de 15%;
 - d) Serviço à Comunidade: ponderação de 5%.
- 2. No caso de o docente não desempenhar funções de gestão académica, ou de não pretender que as mesmas sejam consideradas para efeitos de avaliação, as vertentes mencionadas nas alíneas a) e b) do número anterior, têm uma ponderação de 47,5%.



3. Os parâmetros a considerar em cada vertente constam dos artigos 5.º a 8.º e as pontuações de referência respeitantes a cada um deles são elencadas no Anexo a este Regulamento.
4. A Comissão de Avaliação pode afastar-se até 10% da pontuação de referência constante do Anexo ao presente Regulamento, fundamentando a sua decisão de forma sintética.

Artigo 5.º

Parâmetros da avaliação na vertente ensino e sua pontuação

1. Os parâmetros de avaliação são os seguintes:
 - a) Atividade docente, que inclui a lecionação e coordenação de unidades curriculares, bem como a produção e disponibilização de elementos de apoio ao trabalho dos alunos;
 - b) Qualidade pedagógica;
 - c) Acompanhamento dos estudantes em projetos associados ao ensino, nomeadamente tutorias ou *moot courts*.
2. Os indicadores qualitativos são os seguintes:
 - a) Para avaliar a atividade docente, deve considerar-se a classificação obtida na docência nos inquéritos pedagógicos igual ou superior a 5 (atendendo à média global de todas as unidades curriculares lecionadas), desde que em, pelo menos, quatro quintos dos mesmos se verifique um mínimo de 50% de respostas;
 - b) Para avaliar a atividade docente, deve ainda considerar-se a criação e lecionação de unidades curriculares cujos conteúdos programáticos sejam inovadores ou incluam uma perspetiva transnacional;
 - c) Para avaliar a qualidade pedagógica, deve considerar-se a adoção de métodos pedagógicos, em razão do seu carácter inovador e do seu impacto na transformação dos métodos de ensino do Direito.

Artigo 6.º

Parâmetros da avaliação na vertente investigação e sua pontuação

1. Os parâmetros de avaliação são os seguintes:
 - a) Produção científica publicada;
 - b) Coordenação e participação em projetos de investigação;
 - c) Comunicações em congressos e outros eventos académicos, nacionais e internacionais;
 - d) Orientação de teses de mestrado ou doutoramento e participação em júris de provas públicas, na qualidade de arguente ou membro do júri;
 - e) Direção de revistas científicas e participação no seu conselho de redação, incluindo atividade de *peer review*;
 - f) Colaboração prestada a iniciativas do Católica Research Centre for the Future of Law (CRCFL).
2. Os indicadores qualitativos são os seguintes:
 - a) Para avaliar a produção científica deve considerar-se o interesse científico e, ou, prático das publicações e a qualidade e a profundidade da investigação que lhes estão subjacentes, a diversidade dos temas tratados, o carácter inovador, a perspetiva transnacional e, se aplicável, interdisciplinar, e o impacto na comunidade;
 - b) Para avaliar a coordenação e participação em projetos de investigação deve considerar-se, para além dos parâmetros referidos na alínea anterior, a integração de docentes externos ou de outras áreas científicas e bem assim a integração de alunos nos respetivos projetos;
 - c) Para avaliar as comunicações em congressos e outros eventos académicos deve considerar-se, para além dos parâmetros referidos na alínea a) anterior, o tipo de intervenção e natureza do evento;
 - d) Para avaliar a investigação devem valorizar-se os prémios e distinções atribuídos por júris ou comissões científicas ou outras instituições da sociedade civil na área do Direito.

Artigo 7.º

Parâmetros da avaliação na vertente gestão académica e sua pontuação

1. Os parâmetros de avaliação são os seguintes:



- a) Cargos de direção ou coordenação em órgãos da UCP, da Escola de Lisboa, do CRCFL e da CGSL.
 - b) Coordenação de ciclos de estudos, cursos de mestrado e programas de doutoramento, programas de pós-graduação, cursos breves ou intensivos, programas destinados a fomentar a mobilidade internacional de estudantes ou a sua integração no mercado de trabalho, bem como a organização de congressos, conferências, seminários e afins.
2. Os indicadores qualitativos são os seguintes:
- a) Para avaliar o parâmetro referido na alínea *a)* do n.º 1, deve atender-se, nomeadamente ao tempo despendido no exercício das funções, à complexidade das tarefas atribuídas, ao grau de responsabilidade inerente e à sua relevância para a prossecução dos objetivos estratégicos da Escola de Lisboa;
 - b) Para avaliar o parâmetro referido na alínea *b)* do n.º 1, deve atender-se, para além dos fatores mencionados na alínea anterior, ao caráter inovador da formação, ao nível de internacionalização, à natureza interdisciplinar, ao número de docentes envolvidos, ao número de formandos inscritos, às receitas angariadas, ao facto de se tratar da criação, reestruturação ou mera reedição de curso, ao impacto da iniciativa no espaço público e na comunicação social;
3. Em caso de acumulação de cargos em órgãos da UCP, da Escola de Lisboa, do CRCFL e da CGSL, se as funções inerentes aos mesmos coincidirem total ou parcialmente, contabilizar-se-á somente a pontuação mais elevada, sem prejuízo de a acumulação poder ser considerada no âmbito dos indicadores qualitativos.
4. A pontuação a atribuir deve ser proporcional ao tempo de duração efetiva do cargo ou função sempre que não coincida com a periodicidade da avaliação.

Artigo 8.º

Parâmetros da avaliação na vertente serviço à comunidade e sua pontuação

1. Os parâmetros de avaliação são os seguintes:

- a) Prestação de serviços para ou em nome da UCP, da Escola de Lisboa, do CRCFL e da CGSL, incluindo arbitragem, estudos legislativos e reformas legais, pareceres e qualquer forma de aconselhamento jurídico;
 - b) Desenvolvimento de parcerias com outras instituições académicas ou da sociedade civil de reconhecida credibilidade, incluindo ONGs, sociedades de advogados e outros recrutadores, tendo em vista a obtenção de financiamento e a prossecução dos objetivos da UCP ou da Escola de Lisboa;
 - c) Divulgação científica, através da publicação de textos com um objetivo de promoção da investigação produzida (incluindo artigos em jornais ou outros periódicos), da participação em eventos de divulgação da Escola de Lisboa (incluindo programas de rádio ou televisão), bem como visitas a quaisquer estabelecimentos de ensino ainda que apenas para apresentação da oferta formativa;
 - d) Participação em júris de concursos de recrutamento, progressão na carreira ou outros promovidos por entidades exteriores à UCP e exteriores a outras Faculdades de Direito, incluindo as provas de acesso ao Centro de Estudos Judiciários e no âmbito da magistratura.
2. Os indicadores qualitativos, por ordem de importância, são os seguintes:
- a) O contributo para a notoriedade e boa reputação da UCP ou da Escola de Lisboa, no contexto da comunidade académica e da sociedade em geral;
 - b) O contributo para a projeção pública dos seus docentes, dos programas oferecidos pela Escola de Lisboa e da investigação científica realizada;
 - c) A diversificação das receitas e a possibilidade de criar formas de remuneração atrativas para os docentes.

Artigo 9.º

Situações especiais

1. Os docentes que durante o período em avaliação estiverem em licença parental ou afim, ou cujo contrato de trabalho se encontre suspenso, designadamente, por motivo de doença ou de licença



sem vencimento, têm uma avaliação proporcional ao tempo em que desempenharam as respetivas funções.

2. Os docentes que durante o período em avaliação estiverem em licença sabática por seis meses ou um ano têm uma avaliação proporcional ao tempo em que desempenharam as respetivas funções.

III – Procedimento de avaliação

Artigo 10.º

Intervenientes no processo de avaliação

São intervenientes no processo de avaliação o docente avaliado, o Conselho Científico Regional, a Comissão de Avaliação, o Diretor da Escola de Lisboa e o Reitor.

Artigo 11.º

Fases do procedimento de avaliação

1. O Conselho Científico elege a Comissão de Avaliação para um ciclo de avaliação de dois anos.
2. O Diretor da Escola notifica os docentes da composição da Comissão de Avaliação.
3. Após a notificação prevista no número anterior, os docentes dispõem de um prazo de trinta dias úteis para preencher e entregar a sua ficha de autoavaliação.
4. A Comissão de Avaliação procede à validação da informação fornecida pelos docentes e elabora um relatório preliminar, contendo os resultados de todos os docentes avaliados, o qual é entregue ao Diretor da Escola.
5. O Diretor da Escola comunica aos docentes os resultados individuais constantes do relatório preliminar.
6. O docente dispõe de vinte dias úteis para se pronunciar por escrito sobre os resultados preliminares que lhe foram comunicados, devendo fazê-lo junto do Presidente da Comissão.

7. Analisadas as respostas dos docentes, a Comissão de Avaliação apresenta ao Conselho Científico um relatório definitivo, devidamente fundamentado..
8. O Conselho Científico aprecia e aprova o relatório definitivo da avaliação, que o Diretor da Escola envia ao Reitor para homologação.
9. O docente é notificado do resultado da avaliação e da respetiva homologação, que não é passível de recurso.

Artigo 12.º

Comissão de Avaliação

1. A Comissão de Avaliação integra:
 - a) Um professor catedrático da Escola do Lisboa da Faculdade de Direito, que preside à Comissão;
 - b) Um professor catedrático ou associado da da Faculdade de Direito;
 - c) Três professores catedráticos ou associados externos à Faculdade de Direito, devendo pelo menos um deles ser catedrático.
2. Deve ser assegurada a presença de professores de diferentes áreas do Direito.
3. Os relatores dos relatórios preliminar e definitivo da Comissão de Avaliação devem pertencer a categoria superior à do docente em avaliação, salvo no caso da avaliação dos professores catedráticos.
4. As funções da Comissão de Avaliação cessam com a aprovação, pelo Conselho Científico, do relatório definitivo.
5. Os membros da Comissão de Avaliação que são professores da Escola de Lisboa são avaliados por um professor catedrático externo eleito para o efeito pelo Conselho Científico.

Artigo 13.º

Relatório de autoavaliação

1. Cabe ao docente em avaliação introduzir no relatório de autoavaliação, em formulário disponibilizado para o efeito, até ao final do prazo previsto, os elementos que considere



relevantes para a avaliação do seu desempenho com referência ao período em avaliação, incluindo a explicitação dos indicadores de qualidade relevantes em cada uma das vertentes.

2. O relatório deverá incluir anexos com elementos demonstrativos dos elementos relevantes para avaliação, preferencialmente em suporte digital.
3. A não introdução dos elementos referidos no número anterior significa a assunção por parte do docente de que não existe atividade relevante quanto aos aspetos omitidos.
4. No relatório de autoavaliação, o docente poderá evidenciar outros indicadores qualitativos não contidos nos artigos 5.º a 8.º e que considere relevantes.
5. A não apresentação do relatório de autoavaliação ou a sua apresentação extemporânea sem justificação razoável constitui falta disciplinar grave.

Artigo 14.º

Resultados da avaliação

1. A pontuação final dos docentes resulta da aplicação das percentagens previstas no artigo 4.º aos pontos obtidos em cada vertente e posterior soma dos resultados assim encontrados.
2. O resultado final da avaliação expressa-se nas menções *Excelente*, *Muito Bom*, *Bom*, e *Insuficiente*.
3. Sem prejuízo do disposto nos números seguintes, e salvo decisão em contrário do Conselho Científico, sob proposta da Comissão de Avaliação, as menções previstas no número anterior correspondem a pontuações iguais ou superiores a 100, entre 99 e 80 pontos, entre 79 e 60, e inferior a 60 pontos.
4. A atribuição da menção de Excelente pressupõe que os docentes tenham publicado:
 - a) quatro ou mais espécies científicas (artigos, capítulos de livro, artigos em volume de atas ou equivalentes), das quais pelo menos uma em língua estrangeira em revista internacional com peer review indexada, ou em revista internacional listada por instituições científicas, ou em editora internacional de referência;
 - b) uma monografia ou um manual que cumpram os requisitos aceites pela comunidade científica.
5. A atribuição da menção de Muito Bom pressupõe que os docentes tenham publicado:

- a) três ou mais espécies científicas (artigos, capítulos de livro, artigos em volume de atas ou equivalentes), no caso dos docentes em dedicação plena e, no caso dos restantes docentes, de duas espécies científicas; ou
 - b) uma monografia ou um manual que cumpram os requisitos aceites pela comunidade científica.
6. Os resultados da avaliação são reservados aos membros do Conselho Científico e das instituições que supervisionam o ensino superior, sem prejuízo de o docente avaliado poder divulgar curricularmente a sua própria avaliação.

Artigo 15.º

Efeitos da avaliação

1. A avaliação dos docentes é considerada para os seguintes efeitos:
 - a) Atribuição ou renovação do regime de dedicação plena;
 - b) Abertura de concursos para progressão na carreira
 - c) Atribuição de complementos remuneratórios nos termos a definir.
2. O resultado da avaliação com menção Insuficiente pode implicar um ou mais dos seguintes efeitos:
 - a) Não renovação do contrato;
 - b) Cessação do regime de dedicação plena;
 - c) Passagem ao regime de tempo parcial;
 - d) Admissão a novo período de avaliação.
3. O resultado de avaliação com menção Excelente pode implicar a redução, sem diminuição de remuneração, da carga letiva atribuída no biénio subsequente face à carga letiva padrão em vigor.

Artigo 16.º



Regulamentação e interpretação

A Comissão de Avaliação pode fixar, com carácter geral, os critérios utilizados na atribuição dos pontos relativos a cada atividade, dentro da margem definida pelo n.º 3 do artigo 4.º.

Artigo 17.º

Entrada em vigor e disposições transitórias

1. O presente regulamento entra em vigor no dia seguinte ao da sua aprovação pelo Reitor.
2. O primeiro ciclo de avaliação inicia-se no ano letivo de 2018/19.
3. O presente Regulamento, bem como o respetivo anexo, devem ser revistos no final do primeiro ciclo de avaliação.

António de Barros

